

Resultados não planejados e desafios atuais: uma análise dos 10 anos de cotas raciais na educação superior brasileira

J. R. Silva^{1*}

¹IFF/UENF

*joseliaamaral@gmail.com

Resumo

O resumo objetiva discutir as consequências positivas não previstas e alcançadas com a instituição das cotas raciais nas universidades e apontar os desafios atuais e futuros desta política pública na educação. Baseada em revisão bibliográfica com pesquisas sobre a temática das cotas raciais nos últimos dez anos, os resultados apontam para uma maior conscientização e valorização da presença negra nas universidades, uma melhor convivência com a diversidade cultural e racial, a renovação do Movimento Negro, bem como para um repensar das práticas pedagógicas em relação ao racismo. Também sugere a necessidade de aprimoramento das comissões de validação ou verificação da heteroidentificação étnico-racial, da ampliação da presença negra e parda em cursos superiores de maior visibilidade, a urgência em se pensar estratégias de permanência de cotistas e de representação negra docente. Considera-se a avaliação das cotas importante para os próximos passos desta política pública.

Palavras-chave: Cotas raciais, Educação Superior, Avaliação das cotas.

1. Introdução

A instituição das cotas raciais nas universidades brasileiras se firmou enquanto política pública a partir da luta social, sobretudo, do Movimento Negro. Por meio da Lei Federal nº 12.711/12^[1], pela primeira vez, o Estado brasileiro passava a agir contra a discriminação étnico-racial, não apenas punindo ações preconceituosas, mas de modo afirmativo, atuando para promover uma reparação a negros e pardos, por meio da instituição de mecanismos para inserção destes no ambiente universitário, que por sua vez, historicamente se mostrou elitista e excludente ^[2;3]. Essa mudança na perspectiva do direito transformado em ação afirmativa e política pública permitiu uma transformação significativa de perfil no espaço acadêmico, tornando a universidade mais diversa e semelhante à sociedade brasileira.

Em 2019 a população que se declara de cor preta ou parda passou a representar mais da metade — 50,3% — dos estudantes de ensino superior da rede pública ^[4], o que nos permite inferir que o objetivo principal das cotas fora atingido. Todavia, nesses dez anos desde sua aprovação, algumas questões surgem: é possível elencar resultados não previstos e alcançados pelas cotas raciais na educação? existem novos desafios a serem pensados quando da revisão da Lei nº 12.711/12? Esses questionamentos motivaram e nortearam o presente trabalho.

Pelo exposto, o resumo objetiva discutir as consequências positivas não previstas e alcançadas com a instituição das cotas de recorte racial na universidade pública e apontar os desafios atuais desta política pública na educação.

Consideramos essa discussão salutar, tendo em vista que, conforme previsto no texto original da referida Lei, esta deverá passar por avaliação, tanto de sua pertinência, quanto de sua eficácia, o que, ainda que não aconteça em 2022, tendo em vista o contexto do ano eleitoral, poderá ser um momento de reflexão que conduza ao aprimoramento das cotas raciais na educação.

2. Metodologia

A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica, assentada em autores que estudam o desenvolvimento da lei de cotas na educação superior. O levantamento centrou-se em trabalhos que avaliaram os resultados benéficos não planejados e novos desafios surgidos desde 2012 e que, em face da avaliação da política de cotas, apontam uma perspectiva para o aprimoramento futuro.

3. Resultados e Discussão

3.1. Resultados não planejados

De modo similar às demais políticas públicas, as cotas raciais na educação estão sujeitas a consequências e resultados não previstos, uma vez que a realidade social é dinâmica e a educação, sabidamente, possui interface com diversas áreas. Uma contribuição relevante é a descrição das “formas de eficácia” promovidas pelas cotas em benefício da sociedade^[5]. São efeitos positivos no tocante à reparação e correção histórica com a população negra; eficácias experimental, educadora, educativa ampliada e pedagógica, uma vez que, ao inserirem alunos negros nas universidades, as cotas provocam o repensar tanto das relações étnico-raciais quanto da educação e seus métodos, levando a comunidade acadêmica a ressignificar saberes e crenças; eficácias política e de formação cidadã ao oportunizarem o debate público sobre o racismo e as condições que o mantem em nossa sociedade e eficácias comunicativa e transformadora ao promoverem o diálogo e o (re)conhecimento de negros e pardos e suas realidades^[5].

A instituição das cotas também oportunizou uma aprendizagem sobre a realidade de estudantes negros e pardos e das relações étnico-raciais, merecendo destaque diversos grupos de estudo e pesquisas sobre o tema, sendo fundamental evidenciar a atuação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN^[6].

Evidencia-se ainda, como efeito não previsto das cotas, a relevante organização dos coletivos negros que tem atuado de maneira política dentro das universidades reunindo estudantes negros e cotistas e contribuindo com o apontamento de temáticas que envolvem a política de cotas^[4]. Essa organização política dos coletivos, renovou o próprio Movimento Negro, ampliando as frentes e bandeiras de lutas a partir da própria universidade pública.

Também cabe destaque a atuação dos NEABI's enquanto espaço de reconhecimento, valorização e conscientização dentro das universidades, aprimorando conhecimentos e fortalecendo ações de igualdade étnico-raciais^[6;7].

A presença de cotistas negros e pardos tem se mostrado educadora dentro das universidades públicas, promovendo a valorização da história, memória, cultura e saberes das populações negras, levando ao ambiente universitário novas pautas, eventos, artistas e autores negligenciados pelos currículos escolares colonizados em nosso país^[6;7;8]. Tal fato tem contribuído para que a universidade seja um espaço de conexão e produção de uma nova prática pedagógica que começa a emergir entre docentes mais atentos a essa realidade.

3.2. Desafios atuais e futuros

Ao mesmo tempo, surgiram desafios importantes de se reconhecer como forma de avaliar e melhorar a política pública de cotas no ensino superior, sobretudo, mediante a previsão legal para a revisão da Lei 12.711/12^[1]. Destacamos aqui as “fraudes raciais” em face das vagas

destinadas a cotistas negros e pardos e a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle do ingresso por cotas, qualificando a atuação das comissões de validação ou verificação da heteroidentificação étnico-racial [9;10].

Destaca-se também o desafio da inserção igualitária de negros e pardos em cursos de maior demanda e visibilidade no mercado de trabalho como Engenharias, Medicina, Odontologia, Administração, Jornalismo e Direito, nos quais as cotas ainda não conseguiram equalizar a diferença racial [2].

Ainda pesa a tarefa de estabelecer estratégias que facilitem a permanência e conclusão do curso por estudantes cotistas, avaliando as causas da evasão e oportunizando políticas de assistência estudantil adequadas [11].

Em termos pedagógicos, a universidade precisa discutir a descolonização dos currículos [8] e a ampliação da inclusão e valorização da cultura negra no ambiente acadêmico e para além dele [6].

Quanto à representação, é urgente pensar a desafiadora tarefa de ampliar a presença de docentes e profissionais negros nas universidades, bem como a promoção de ações que facilitem a presença de cotistas nas pós-graduações, o que pode ser feito, por exemplo, com a organização de cursos preparatórios específicos [12].

4. Conclusões

Esse resumo buscou compreender os resultados não previstos, porém alcançados pela instituição das cotas raciais na educação superior, ao mesmo tempo em que elencou novos desafios desta política pública. Entende-se que essa é uma discussão muito necessária tendo em vista a previsão de revisão da Lei 12.711/12[1]. Por tratar-se de uma pesquisa ainda em construção, certamente que tanto resultados quanto desafios não foram esgotados no presente texto, apesar disto, a discussão pode fornecer contribuições, ainda que não definitivas.

Enquanto política pública, as cotas raciais na educação podem se beneficiar de estudos e do debate público para planejar seus próximos passos, considerando seus efeitos não previstos, mas que tantos benefícios trouxeram às universidades públicas e a sociedade em geral. Ao mesmo tempo, os desafios apontados podem nortear correções necessárias e novas ações que auxiliam além da presença de estudantes negros nas universidades, sua verdadeira representatividade enquanto população.

Agradecimentos

FAPERJ (Processo E-26/200.960/2020).

Referências

[1] BRASIL. LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

[2] KRUGER, Nino Rafael; ALVES, Isabela Baptista. Trajetória do ensino superior brasileiro: retrocessos e desigualdade no acesso à educação. Dossiê Políticas de Ações Afirmativas: experiências e desafios. **Revista Praia Vermelha**. v. 30, n. 1, jan.-jun., 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/1231/showToc>. Acesso em: 22 jul. 2022.

- [3] MAIA, Gretha Leite; ARAÚJO, Ruth Ana Pereira de; OLIVEIRA, Isabella Dantas. A trajetória da população universitária brasileira: uma questão de raça e classe. Dossiê ações afirmativas raciais, racismo estrutural e o direito: reflexões sobre as políticas públicas raciais e seus impactos na sociedade. **Revista de Direito**, Viçosa, V.13, n. 02, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/issue/view/450>. Acesso em 16 jul. 2022.
- [4] BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica Rio de Janeiro: IBGE; 2019. nº 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.
- [5] SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? **Revista USP**, n. 68, p. 76-87, dez./fev. de 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13484>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- [6] GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.
- [7] GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; RIOS, Flávia; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. Dossiê Raça, desigualdades e políticas de inclusão. **Novos Estudos**, CEBRAP. V. 39, n. 2: 309-327, maio-ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000020004>. Acesso 16 jul. 2022.
- [8] SOUZA, Renata Gonçalves de; MENDES, Josilene Ferreira; REIS, Daniela Castro dos. Um debate sobre o colonialismo e as cotas raciais: a democratização do lugar social. Dossiê ações afirmativas raciais, racismo estrutural e o direito: reflexões sobre as políticas públicas raciais e seus impactos na sociedade. **Revista de Direito**. Viçosa, V.13, n. 02, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/issue/view/450>. Acesso em 16 jul. 2022.
- [9] JESUS, Rodrigo Ednilson de. autodeclaração e heteroidentificação racial no contexto das políticas de cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil? In: SANTOS, Juliana Silva; COLEN, Natália Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de. (Orgs.). **Duas décadas de políticas Afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento**. Coleção Estudos Afirmativos, v.9. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2018.
- [10] SANTOS, Sales Augusto dos. Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial: lócus de constrangimento ou de controle social de uma política pública? **O social em questão**. Ano XXIV, n. 50, maio-ago. 2021.
- [11] COSTA; Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. Dossiê Raça, desigualdades e políticas de inclusão. **Novos estudos**. CEBRAP. São Paulo. V. 39, n 02, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/i/2020.v39n2/>. Acesso em 22 jul. 2022.
- [12] LIMA, Márcia; CAMPOS, Luiz Augusto. Apresentação. Inclusão racial no Ensino Superior: Impactos, consequências e desafios. Dossiê Raça, desigualdades e políticas de inclusão. **Novos estudos**. CEBRAP. São Paulo. V. 39, n 02, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/i/2020.v39n2/>. Acesso em 22 jul. 2022.